



**DECRETO MUNICIPAL Nº 007 /2026, DE 22 DE JANEIRO DE 2026.**

Dispõe sobre a responsabilidade decorrente de multas de trânsito cometidas por servidores públicos municipais na condução de veículos oficiais e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES – BAHIA, JOSUÉ PAULO DOS SANTOS FILHO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, V, da Lei Orgânica do Município,

**CONSIDERANDO** o elevado número de multas sofridas pelo ente público municipal em decorrência de imprudência dos condutores na condução de veículos oficiais acarretando prejuízo ao erário público.

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer normas e procedimentos relativos à utilização de veículos oficiais do Município de Presidente Tancredo Neves;

**CONSIDERANDO** o dever do servidor público de zelar pelo patrimônio público e de desempenhar suas funções com responsabilidade;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro);

**CONSIDERANDO** o disposto na **Lei Municipal nº 017/1990 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Presidente Tancredo Neves)**, especialmente o **art. 185, inciso II**, que impõe ao servidor o dever de executar com zelo, lealdade e presteza os serviços que lhe competirem;

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**



## DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Este Decreto disciplina os procedimentos para a **responsabilização individual dos servidores públicos municipais** pelas multas de trânsito decorrentes de infrações cometidas na condução de veículos oficiais do Município de Presidente Tancredo Neves.

**Art. 2º** Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – **Auto de Infração de Trânsito (AIT)**: documento que registra a infração à legislação de trânsito;

II – **Notificação de Infração de Trânsito**: documento expedido pelo órgão de trânsito comunicando a penalidade aplicada;

III – **Veículo Oficial**: veículo próprio, locado ou cedido, utilizado a serviço do Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO II

### DA RESPONSABILIDADE PELAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

**Art. 3º** O condutor do veículo oficial é o responsável direto pelas infrações de trânsito decorrentes de atos praticados na condução do veículo, respondendo pessoalmente pela multa aplicada, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro.

**Art. 4º** O responsável pela frota ou pela unidade administrativa responderá pela infração quando este decorrer:

- I – de falta de licenciamento, equipamentos obrigatórios ou má conservação do veículo;
- II – da permissão de condução por servidor sem habilitação legal ou categoria compatível;
- III – da não identificação do condutor infrator no prazo legal, conforme art. 257, § 8º, do Código de Trânsito Brasileiro.

**Art. 5º** A infração de trânsito cometida na condução de veículo oficial caracteriza, em tese, violação de dever funcional, nos termos do art. 185, inciso II, da Lei Municipal nº 017/1990.

## CAPÍTULO III



## **DAS COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

**Art. 6º** Compete ao setor responsável pela gestão da frota municipal:

- I – Receber as notificações de infração;
- II – Identificar o condutor responsável;
- III – Encaminhar a documentação necessária aos setores competentes.

**Art. 7º** Compete à Secretaria de lotação do servidor infrator:

- I – Cientificar formalmente o servidor sobre a infração;
- II – Adotar as providências administrativas cabíveis;
- III – Comunicar a autoridade competente para eventual instauração de procedimento disciplinar.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO E DO DESCONTO EM FOLHA**

**Art. 8º** O servidor que der causa à infração de trânsito deverá ressarcir integralmente o erário pelo valor da multa aplicada.

**Art. 9º** O ressarcimento poderá ocorrer mediante desconto em folha de pagamento, observado o devido processo administrativo e os limites previstos na Lei Municipal nº 017/1990.

**Parágrafo único.** O desconto em folha não afasta a apuração de responsabilidade administrativa.

**Art. 10** Em caso de exoneração, demissão ou desligamento, o valor devido poderá ser descontado das verbas rescisórias, respeitados os limites legais.

## **CAPÍTULO V**



## DAS OBRIGAÇÕES DO CONDUTOR

**Art. 11** É dever do servidor condutor:

I – Possuir Carteira Nacional de Habilitação válida e compatível;

II – Comunicar qualquer impedimento legal para dirigir;

III – Conduzir o veículo oficial com zelo, prudência e estrita observância da legislação de trânsito, em conformidade com o art. 185, inciso II, da Lei Municipal nº 017/1990.

## CAPÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 12** Os Secretários Municipais e responsáveis por unidades administrativas responderão **solidariamente** quando concorrerem, por ação ou omissão, para o cometimento de infrações de trânsito.

**Art. 13** O descumprimento deste Decreto sujeitará o infrator às responsabilidades administrativa, civil e, quando couber, penal.

**Art. 14** O condutor que provocar acidente com veículos nos termos do inciso III, parágrafo 2º responderá solidariamente, civil e penalmente.

**Art. 15** A Procuradoria Jurídica Geral acompanhará e adotará as medidas necessárias ao não cumprimento deste decreto e infração cometida pelos condutores.

**Art. 16** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Presidente Tancredo Neves, 22 de janeiro de 2026.

**JOSUÉ PAULO DOS SANTOS FILHO**

**PREFEITO MUNICIPAL**